

Centro de Estudios Hemisféricos de Defensa

Conferencia Subregional en Mesoamérica

Julio 20-23, 2010

San Salvador, El Salvador

**Novas ameaças, instituições e tensões geopolíticas nos complexos regionais
de segurança da América Central e Caribe e da América do Sul**

Elói Martins Senhoras

Universidade Federal de Roraima: Núcleo Amazônico de Pesquisas em Relações Internacionais

Universidade Estadual de Campinas: Núcleo de Estudos Estratégicos

Caixa Postal 253 - Praça do Centro Cívico - CEP 69301-970 - Boa Vista, RR - Brasil

☎ 55 (95)81235533 ☞ <http://works.bepress.com/eloi>

💻 eloisenhoras@gmail.com - eloi@dri.ufrr.br - eloi@ige.unicamp.br

Novas ameaças, instituições e tensões geopolíticas nos complexos regionais de segurança da América Central e Caribe e da América do Sul

Resumo

O presente artigo traz um conjunto de reflexões que buscam explicar a centralidade geopolítica da América Central e Caribe na agenda geoestratégica de segurança e defesa dos Estados Unidos por meio de um estudo comparativo sobre os complexos regionais de segurança existentes na América Latina.

O ensaio desvela que a lógica privilegiada de políticas cooperativas estadunidenses na região centro-americana e caribenha acontece para dirimir as ineficiências existentes na arquitetura hemisférica de segurança coletiva e os transbordamentos de insegurança advindos de uma zona instável de territórios da América do Sul.

O texto demonstra que a despeito de existirem significantes diferenças nas culturas e instituições entre os países na América Latina no *curto prazo*, permanecem latentes interesses comuns de *longo prazo* no combate de *novas ameaças* na região que induzem à formação e convergência das agendas de segurança e defesa e que justificam o surgimento de propostas construtivistas de cooperação regional.

Por meio desta discussão subsídios são fornecidos para compreender quais são os problemas dos *núcleos regionais de segurança* da América Central e Caribe e da América do Sul, bem como identificar quais são os contenciosos e os possíveis canais para melhorar a construção de cooperação regional e coordenação interinstitucional contra as *novas ameaças regionais*.

Palavras chave: *América Latina, complexo regional de segurança, crime organizado, Estados Unidos, novas ameaças, tráfico de armas e drogas.*

1 – Introdução

As mudanças de arranjo de forças originadas no sistema internacional introduziram, com fim da Guerra Fria, novas preocupações multilaterais em segurança e

defesa, como o tráfico de drogas, o crime organizado, o tráfico ilegal de armas, a degradação do meio ambiente, o fundamentalismo religioso, a miséria e as ondas migratórias internacionais, além das tradicionais ameaças conflitivas ligadas à salvaguarda da soberania e do poder.

Neste contexto de *novas ameaças*, a arquitetura do regime internacional de segurança e defesa no continente Americano, que está assentada sobre esquemas *subregionais* e *hemisféricos*, demonstra que existe uma ineficiência sistêmica assentada sob conceitos diferenciados de segurança cooperativa e coletiva que se reflete por um emaranhado desenho de forças políticas que se multirecortam como um *spaghetti bowl*.

A atual conjuntura demonstra que os processos de formulação das agendas políticas em segurança e defesa dos países latinoamericanos foram sendo construídos historicamente por meio de iniciativas institucionais e políticas carentes de uma maior cooperação regional entre as forças armadas ou de coordenação interinstitucional entre as agências (intra e inter) nacionais, ou mesmo, recebendo diferenciados graus de influência dos Estados Unidos, o que resultou na conformação de distintos padrões de complexos de segurança regional na América do Sul e na América Central e Caribe.

A partir desse quadro analítico, o artigo pretende fazer uma reflexão sobre as novas ameaças transnacionais existentes na América Latina, sobre as influências das políticas estadunidenses e sobre os processos de securitização regional que consubstanciaram agendas específicas de assuntos de segurança e defesa na América do Sul e na América Central e Caribe, por meio de cinco recortes basilares que se inter-relacionam:

1) Parte-se de uma discussão sobre a crescente regionalização de assuntos de segurança e defesa por meio da identificação de uma ampla zona de instabilidade latino-americana que se estende transnacionalmente desde o complexo regional de segurança sul-americano até os complexos regionais de segurança da América Central e Caribe.

2) Procura-se analisar as transformações na agenda de segurança e defesa da América do Sul por meio da identificação do processo evolutivo de securitização regional a fim de apreender as principais implicações e incertezas advindas de processos institucionais e de políticas estatais de rearmamento militar.

3) Introduz-se uma discussão sobre a crescente regionalização de assuntos de segurança e defesa no Caribe e na América Central, de maneira a revelar as especificidades e as variáveis comuns a cada sub-região, bem como o padrão de dependência e influência estadunidense.

4) Focaliza-se no artigo a discussão sobre o processo evolutivo de securitização regional da América Central e do Caribe com o objetivo de demonstrar a sua relevância geopolítica para os Estados Unidos na longa duração, o que na curta duração conjuntural tem sido foco recente de cooperação funcional para o combate às novas ameaças transnacionais.

5) Por fim, são tecidas algumas últimas considerações que retomam alguns conceitos previamente apresentados e que prospectam novas discussões comparativas sobre a macrosecuritização estadunidense e as suas influências nas agendas políticas de securitização regional tanto na América do Sul quanto na América Central e Caribe.

2 - Regionalização da Segurança na América Latina

Desde o fim da Guerra Fria o sistema internacional tem passado por crescentes redefinições que o levaram a presenciar uma crescente regionalização da segurança internacional como resultado direto e indireto da extinção da União Soviética e do colapso da bipolaridade capitalista-socialista.

Em função da regionalização da segurança internacional, especificidades de cada região trazem a tona a emergência de novas ameaças, novos problemas e novas proposições de solução que são estrategicamente sensíveis às formações históricas, aos padrões de relacionamento inter-estatal e às combinações de recursos políticos, econômicos e militares (Kolodziej, 1995).

Os padrões específicos de regionalização securitária presentes no sistema internacional têm sido construídos de maneira positiva ou negativa por *estruturas complexas de segurança regional* definidas relacionalmente por padrões de condutas, acordos e normas estabelecidos formalmente ou informamente pelos Estados Nacionais ou organizações internacionais deles derivados.

Segundo Buzan (1991), todo complexo regional de segurança é em última instância um espaço permeado por um grupo de Estados cujas principais preocupações militares são tão interdependentes que a segurança de um país só pode ser compreendida se levada em consideração a de seus vizinhos.

Como as identidades compartilhadas em uma região podem ser positivas ou negativas em função das diferentes características de contato entre os países, elas se

enquadram entre padrões de relacionamento de conflito, coexistência ou cooperação que dão origem a diferentes classificações para os complexos de segurança.

Independente das diferentes classificações existentes, os complexos regionais de segurança são tipicamente categorizados na evolução do grau de compartilhamento de identidade entre os países por meio de três fases tipo-ideais: a) *nascente*, quando há aumento de canais e instituições regionais; b) *ascendente*, quando há fortalecimento da confiança mútua e das instituições regionais, com colaboração entre forças armadas; e finalmente, c) *madura*, quando as ações de guerra entre parceiros passam a ser improváveis.

Segundo Buzan e Waeber (2003), o compartilhamento de identidades dentro de um espectro que se inicia em um pólo negativo e termina em um pólo positivo dá origem a uma classificação tripartite de complexos de segurança: a) *formações conflitivas*, b) *regimes de segurança*, e, c) *comunidades de segurança*.

Correlacionado ao espectro hierarquizado dos complexos regionais de segurança existe uma rica viabilidade empírica e teórica de pesquisa embasada no conceito de *Comunidades Pluralísticas de Segurança* ao permitir identificar as condições evolutivas sob as quais Comunidades de Segurança emergem (Adler e Barnett, 1999).

De acordo com o construtivismo social, existem três macroestruturas de relacionamento interestatal que definem diferentes complexos regionais de segurança segundo níveis de hierarquia funcional. No primeiro nível, o *padrão de relacionamento hobbesiano* caracteriza-se pela instabilidade devido ao princípio da *rivalidade*. No segundo nível, o *padrão de relacionamento lockeano* é caracterizado pela convivência de momentos de estabilidade e instabilidade em função do princípio da *competição*. No terceiro nível, o *padrão de relacionamento kantiano* é caracterizado pela estabilidade devido ao princípio da *cooperação* (Wendt, 1999).

Conforme Kolodziej (1995), a diversidade dos sistemas de segurança regional identificada por uma pluralidade de autores pode ser tipificada de maneira resumida em pelo menos seis diferentes classes hierarquizadas de abordar os problemas, resolver as divergências e administrar as relações de interdependência que se antepõem à integração regional dos países.

Quadro 1 - Classificação dos Complexos Regionais de Segurança

SEGURANÇA COOPERATIVA		
<i>Comunidade de Segurança</i>	Os países compartilham valores fundamentais e adaptam seu comportamento a princípios, normas e instituições comuns e a processos conjuntos de decisão em nome de um convívio pacífico	Conferência Centro-americana de Forças Armadas
SEGURANÇA COLETIVA		
<i>Comunidade Pluralística de Segurança</i>	Grupo de países empenhados em estabelecer relações pacíficas entre si, embora não compartilhem necessariamente os mesmos regimes políticos ou valores.	OEA, TIAR
<i>Concerto de Países</i>	Grupo de países que se relacionam por meio de um flexível equilíbrio de poder sem haver a centralização de esferas de influência por grandes países.	Zona de Paz Sul-Americana
SEGURANÇA CLÁSSICA		
<i>Liderança Hegemônica Consensual</i>	A inexistência de outros países líderes leva um grupo de países a consensualmente aceitar as diretrizes de poder militar de um país hegemônico.	Estados Unidos-América Latina (Pós Guerra Fria)
<i>Liderança Hegemônica Coercitiva</i>	Os países de uma região gravitam em torno das esferas de influência de um país central em função da assimetria de poder e do grau de coação existente.	Estados Unidos-América Latina (Guerra Fria)
<i>Equilíbrio de Poder</i>	É uma ordem primitiva de segurança caracterizada por um padrão conflitivo de relacionamento interestatal que se desenvolve pela dinâmica dos países mais poderosos.	Bipolaridade Washington-Moscú

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Kolodziej (1995).

No caso da América Latina, observa-se a existência de dois complexos de segurança regional que são permeados por distintos padrões de relacionamento intra-regionais e com a potência hemisférica, os Estados Unidos.

De um lado, o complexo regional de segurança da América Central e do Caribe encontra-se estruturado por um padrão estável de dependência em relação à política estadunidense, que se define por acordos bilaterais e regionais que têm um discurso macrosecuritizado no combate ao crime organizado e narcotráfico.

De outro lado, a estrutura evolutiva do complexo regional de segurança da América do Sul é identificada por uma multipolaridade estável ou de baixa pressão devido ao padrão de distribuição de poder que parte de um núcleo duro de países e se difunde ao longo de círculos concêntricos próximos ou distantes (Cepik, 2005).

Quadro 2 – Estrutura do Complexo Sul-Americano de Segurança

<i>Núcleo duro</i>	Brasil e Argentina consolidaram-se historicamente como os dois principais países que disputam o papel de líder regional.
<i>Círculos concêntricos próximos</i>	Venezuela, Colômbia, Peru e Chile são países que têm capacidades estratégico-militares para desafiar o núcleo duro.
<i>Círculos concêntricos distantes</i>	Uruguai, Paraguai, Bolívia e Equador têm funcionado como <i>estados-tampões</i> .
	Guiana e Suriname são <i>estados-marginais</i> que têm relativo isolamento geográfico e cultural.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Cepik (2005); Buzan e Wæver (2003).

Esta caracterização demonstra que os processos de regionalização transnacional na América Latina se sedimentaram ao longo do tempo por meio de trajetórias bifurcadas que caracterizam o complexo regional da América do Sul e o complexo regional da América Central e do Caribe segundo maior ou menor grau de estabilidade ou instabilidade securitária.

No caso da América Central e do Caribe, a conformação do complexo regional de segurança esteve enquadrada dentro de uma zona de forte instabilidade securitária desde o período da *ameaça comunista* até o atual período de ameaças transnacionais ligadas ao crime organizado de gangues conhecidas como maras e ao tráfico de drogas e armas.

A despeito da existência de uma série de acordos bilaterais e regionais e de um crescente padrão de segurança cooperativa presente nestas subregiões, a fluidez das novas ameaças transnacionais e a própria influência da agenda doméstica estadunidense acabam por caracterizar América Central e o Caribe como uma *terceira fronteira* insegura ou propriamente uma zona geoestratégica instável e de passagem de fluxos ilícitos.

No caso da América do Sul, enquanto a *vertente do Oceano Atlântico*, que corresponde ao espaço regional dos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), é caracterizada como um *arco de estabilidade* em função do relativo êxito dos processos cooperativos na área de segurança e defesa; em contraposição, a *vertente do Oceano Pacífico*, que corresponde ao espaço dos países da Comunidade Andina de Nações (CAN), se revela enquanto um *arco de instabilidade* justamente por apresentar zonas potenciais de conflitos armados e um padrão de convergência castrense que é extremamente irregular devido aos momentos de avanços e recuos (Medeiros Filho, 2010).

A despeito de coexistirem forças de crescente integração na vertente do Oceano Atlântico e de fragmentação na vertente do Oceano Pacífico, esta última área concentra dentro do espaço identificado como *arco da instabilidade* uma série de zonas de potencial conflito militar como as fronteiras entre Chile, Peru e Bolívia, as cercanias do lago Maracaibo entre Colômbia e Venezuela, a região de Essequibo entre Venezuela e a Guiana, e finalmente, o contencioso sobre guerrilhas e invasão de fronteiras envolvendo Equador, Colômbia e Venezuela no ano de 2008.

Mapa 1 – Zonas de Instabilidade dos Complexos de Segurança Sub-regional na América Latina



* Principais zonas potenciais de conflito

Fonte: Elaboração própria. Adaptada de Medeiros Filho (2010).

A existência de um grande círculo de integração dos complexos de segurança regional da América Central e do Caribe e de parte do complexo regional da América do Sul influencia de maneira determinística as políticas de segurança e defesa existentes entre os países por meio de cenários com graus variáveis de estabilidade ou instabilidade, ao projetarem diferentes percepções sobre a geopolítica latino-americana por parte dos Estados Unidos, o que acaba balizando a própria ação e o raio de manobra das forças armadas nacionais.

De um lado, observa-se entre os países da *zona de instabilidade* sul-americana uma percepção do complexo regional de segurança que é caracterizada negativamente por um *padrão de relacionamento competitivo ou lockeano* e que tende a levar à

perpetuação de um contexto geopolítico potencialmente conflitivo e instável de *ameaças tradicionais* em função do ressurgimento do nacionalismo, da difusão de um movimento socialista-bolivariano e do aumento dos gastos militares.

Neste contexto, observa-se que as *novas ameaças* originadas na América do Sul têm um forte impacto de transbordamento sobre os países caribenhos e centro-americanos, o que faz com que estes procurem se relacionar dentro de um progressivo padrão kantiano de cooperação sob a influência estadunidense.

De outro lado, registra-se no *arco da estabilidade sul-americano* uma percepção positiva do complexo regional de segurança em função da identificação de que novas ameaças à segurança nacional levam a correspondentes possibilidades de convergência regional para a construção inter-estatal de um *padrão de relacionamento kantiano* que seja funcional às porosidades fronteiriças de um contexto geopolítico cooperativo.

Porém, a passagem de um padrão de relacionamento lockeano em direção a um padrão kantiano na América do Sul não se faz de maneira linear ou mecânica por meio da simples construção do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), uma vez que os processos de regionalização transnacional na América do Sul se sedimentaram ao longo do tempo por meio de trajetórias bifurcadas que caracterizam a agregação do complexo regional de segurança com um baixo nível de maturidade em função da presença de uma marcante zona de instabilidade que tem sido identificada como epicentro de novas ameaças ligadas ao tráfico de drogas e armas.

3 - Evolução da securitização da América do Sul

A construção da securitização regional na América do Sul pode ser interpretada como sendo alicerçada em um complexo regional de segurança *padrão*, sendo institucionalizado por uma agenda de segurança político-militar, uma estrutura anárquica e uma polaridade que são definidos pelas potências sub-regionais e pelos acordos e declarações específicas, normalmente no âmbito das organizações regionais, como a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), haja vista que não se tornou comum uma interferência direta por parte da potência hegemônica hemisférica.

A análise do emprego potencial das forças armadas torna-se importante por evidenciar a existência de dois cenários geopolíticos com padrões de tendência

característicos na história recente da formação do complexo sul-americano de segurança.

Em um primeiro momento, sublinha-se um *cenário geopolítico conflitivo*, no qual as questões clássicas de segurança e defesa evidenciam-se devido ao Sistema Internacional Bipolar da Guerra Fria, quando a presença de governos militares em países como Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Equador e Peru construiu um cenário geopolítico de contenção e desconfiança mútua na América do Sul¹.

Em um segundo momento, as preocupações nacionais modificaram-se diante dos processos de integração regional no subcontinente e do surgimento de novas ameaças e atores, dando origem a um *cenário geopolítico cooperativo*, no qual as políticas de segurança e defesa tem um caráter essencialmente bilateral de compartilhamento, com possibilidades prospectivas de ampliação para um caráter mais regional e sem interferência estadunidense.

Neste cenário potencialmente cooperativo, os arcos de estabilidade e instabilidade acabaram por fragmentar a América do Sul em razão dos distintos discursos e ações de securitização regional.

De um lado, os momentos de intervenção mais direta dos Estados Unidos no complexo regional de segurança da América do Sul aconteceram nas zonas de instabilidade sul-americanas por meio do *Plano Colômbia* e da *Iniciativa Regional Andina* e por meio da formação do *Grupo 3+1* (Argentina, Brasil, Paraguai e Estados Unidos) para o combate ao terrorismo na Tríplice Fronteira.

De outro lado, a construção de uma multipolaridade frente ao unilateralismo hegemônico dos Estados Unidos tornou-se o objetivo estratégico que marca a retórica profundamente ideológica de caráter antiimperialista da política externa do governo Hugo Chávez tanto de um ponto de vista das alianças multilaterais – Irã, Rússia, China e OPEP – ou dos projetos regionais – UNASUL, MERCOSUL e ALBA (Serbin, 2008).

A busca de uma plataforma de difusão de um discurso anti-estadunidense na América do Sul por meio da UNASUL e do MERCOSUL e a propagação de uma imagem de liderança dinamizada por uma proativa diplomacia presidencial na América Central e no Caribe por meio de uma petrodiplomacia e da ALBA tornam a Venezuela

¹ As fronteiras desempenharam um artifício conflitivo de separação e divisão, onde os países concentravam tropas com a finalidade proteger o território de uma possível invasão do governo vizinho (Peru e Equador) ou com o objetivo de consolidar uma hegemonia sub-regional no continente (Brasil e Argentina).

em um *player regional* de significativa ressonância na América Latina com um discurso geopolítico e militar que se propõe a contestar os Estados Unidos.

A despeito de existir uma agenda institucional de regionalização transnacional comprometida com a segurança e defesa regional tanto nos arcos sul-americanos de estabilidade e instabilidade por meio da criação de um Conselho de Defesa, a conjuntura atual aponta para um crescente rearmamento ou modernização dos arsenais dos países sul-americanos em função da compra massiva de armas.

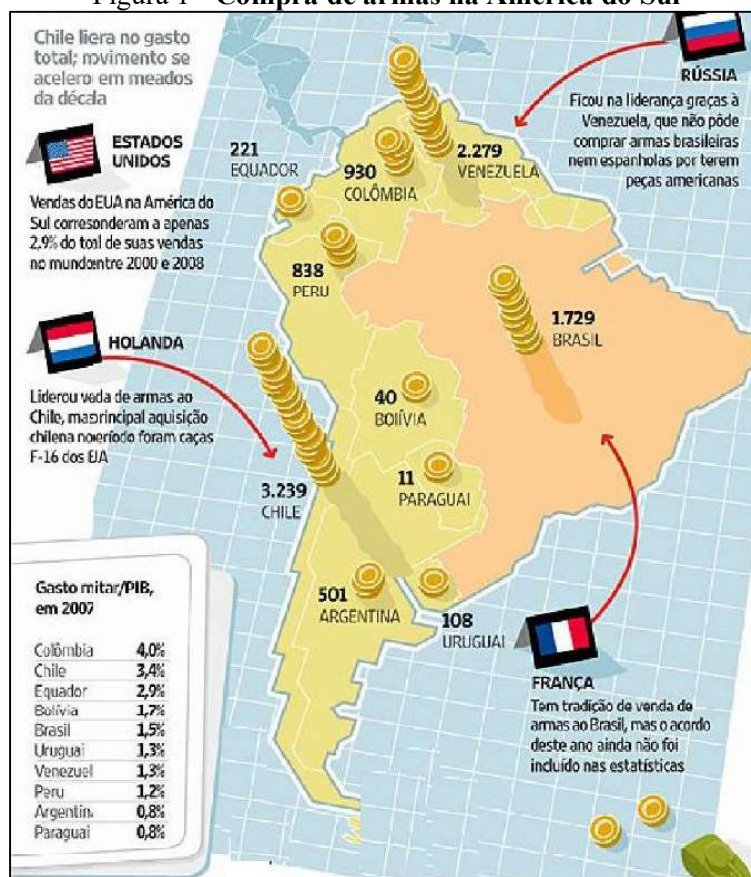
Definida por um componente de defesa nos países sul-americanos que se assenta no reaparelhamento e na reatualização tecnológica das forças armadas, a atual conjuntura armamentista na América do Sul tem sido beneficiada por distintos canais de financiamento.

Em uma mão, estão petróleo venezuelano, o cobre chileno e os grãos brasileiros que foram responsáveis pelo aumento do nível das reservas internacionais dos respectivos países, em um contexto dinamizado pelas exportações e pela melhora nos termos de intercâmbio com o aumento do preço das *commodities* no período entre 2001 e 2008.

Em outra mão, está a renovada associação militar Colômbia-Estados Unidos, com a difusão de programas de assistência estadunidense pelo Plano Colômbia no âmbito do *arco de instabilidade sul-americano*, com o objetivo direto de combater a produção e o tráfico de cocaína e indireto de consolidar uma política de ingerência estadunidense na região.

Em boa medida, o contextual aumento dos gastos militares na região advém do aumento da taxa de crescimento econômico dos países sul-americanos, o que proporcionou um aumento absoluto de recursos alocados aos ministérios de defesa, porém sem um aumento relativo no percentual dos PIBs nacionais.

Figura 1 - Compra de armas na América do Sul



Fonte: Antunes (2009).

O processo regional de incremento nas compras de arsenal bélico na América do Sul vincula-se com um contexto maior de insegurança compartilhada produzido por novas e tradicionais ameaças e que afeta a distintos países em todas as regiões do globo e que repercutiu no pós 11 de Setembro de 2001 em um aumento do armamentismo mundial.

Neste contexto, a América do Sul aumentou de maneira significativa os seus gastos militares em 50% ao longo da última década, seguindo atrelada de maneira proporcional à tendência mundial de expansão de gastos, o que resultou na manutenção de um dos menores índices de investimento relativo na regionalização dos gastos militares, em comparação com o resto do mundo.

Tabela 1 - Regionalização dos gastos militares no mundo

<i>Região</i>	<i>Participação dos Gastos no mundo</i>	<i>Valor absoluto dos gastos</i>	<i>Variação dos Gastos (1999-2009)</i>
Africa	2%	US\$ 20.4 bilhões	+40%
Ásia e Oceania	23%	US\$ 281 bilhões	+53%
Oriente Médio	6%	US\$ 75.6 bilhões	+56%
Europa	26%	US\$320 bilhões	+14%
Américas	49%	US\$603 bilhões	+64%
América do Sul	2,7%	US\$34.1 bilhões	+50%
MUNDO	100%	US\$1226 bilhões	+45%

Fonte: Tabulação própria. Baseada em dados de SIPRI (2009).

Embora não haja uma corrida armamentista clássica pela busca de um rompimento do equilíbrio de poder na região registra-se que o processo de reaparelhamento e a reatualização tecnológica das forças armadas são conduzidos por diferentes lógicas estratégicas em cada país, o que explica um padrão diferenciado de gasto para cada país.

No Brasil, a renovação do arsenal advém da recente retomada de um planejamento político estratégico, a partir dos governos FHC e Lula, que busca ajustar a capacidade militar por meio de uma *política externa* de transferência tecnológica e industrial de áreas estratégicas conjugada a uma *política interna* de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial em defesa, com o objetivo maior de potencializar um papel de relevo ao país no âmbito multilateral com o pleito de ingresso como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, e de liderança no âmbito regional com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano.

No Chile existe um padrão constante de compra de equipamentos militares com alto conteúdo tecnológico advindo de um baixo contingente humano nas forças armadas e do mais alto orçamento de um ministério de defesa na América do Sul, que foi legado constitucionalmente pelo ex-presidente Augusto Pinochet por meio da Lei do Cobre que destina 10% das vendas do minério às forças armadas.

No caso do Peru, também negando uma corrida armamentista, existe uma política de reposição de equipamentos militares, com destaque para a aquisição de tanques chineses e aviões Tucanos do Brasil, que tem sido feita sob o objetivo de gerar força dissuasiva, embora se balizando por equipamentos que tenham capacidade defensiva frente ao arsenal de países vizinhos, como o Chile, que possui uma sofisticada esquadilha de caças.

Na Colômbia, a compra de equipamentos militares pouco sofisticados revela que o reaparelhamento colombiano acontece segundo este padrão de baixo conteúdo

tecnológico, pois existe uma preocupação focada no emprego sistemático do maior contingente humano (400.000 militares) entre todas as forças armadas da América do Sul para operações contra as guerrilhas, em razão do suporte trazido pelo acordo estratégico-militar com os Estados Unidos.

No caso da Venezuela, a compra diversificada de caças, tanques e metralhadoras a partir do governo de Hugo Chávez reflete uma preocupação com o rearmamento das forças armadas após 15 anos de baixos investimentos, justamente em um contexto de difusão de um movimento socialista-bolivariano com perfil anti-americanista que teme agressão tanto da potência hegemônica e de seu principal alinhado político no sub-continente, a Colômbia.

Independentemente da retórica dos presidentes sobre a integração sul-americana, este processo de reaparelhamento produz um efeito de fragmentação na regionalização transnacional à medida que produz vetores de desconfiança entre os países vizinhos, com uma conseqüente blindagem militar das fronteiras, justamente em uma região que fora precursora das agendas de desarmamento.

Esta conjuntura de distensão toma relevo quando se observa que nos fóruns regionais, o reaparelhamento das forças armadas não é discutido² ou quando se analisa que as mudanças governamentais na América do Sul trouxeram um novo *status quo* político-ideológico que coloca em extremos opostos países vizinhos.

As maiores ameaças nesta conjuntura, mais importante do que o volume dos gastos ou da capacidade bélica dos países, são justamente as divergentes intenções políticas e estratégicas que se formam, fragmentando uma possível integração regional. Destacam-se nesta conjuntura fragmentadora as polarizações engendradas pelas apostas defensivas para derrotar o narcotráfico e as guerrilhas na Colômbia com auxílio externo dos Estados Unidos *vis-à-vis* às propostas expansivas do movimento socialista-bolivariano impulsionado pela Venezuela.

² No ano de 2008, foi apresentada uma proposta de pacto de não-agressão militar na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) pelo presidente peruano, Alan García, com o objetivo de evitar que os países da região entrem em conflito, uma vez que vários deles estão incrementando gastos com equipamentos de defesa. Tal projeto fora rechaçado por vários países por não compartilharem a renúncia de seus planos estratégico-militares de reaparelhamento das forças armadas em razão da aplicação dos recursos para áreas sociais, em especial o Chile, país com quem o Peru mantém históricas divergências fronteiriças e devido ao desenho de seus limites marítimos.

4 - Evolução da securitização da América Central e do Caribe

A América Central e o Caribe tornaram-se uma área de centralidade geoestratégica de longa duração na política dos Estados Unidos e isto recebeu ao longo do tempo uma influência direta na sua securitização desde as *ameaças vermelhas* do comunismo até as recentes *ameaças transnacionais* do crime organizado e do narcotráfico.

Em um primeiro plano, o complexo regional de segurança da América Central e do Caribe foi sendo construído por meio de um padrão histórico de relacionamento intra-regional e com os Estados Unidos, marcado por instabilidade e tensão, mas que foi ao longo do tempo mudando de maneira significativa para uma crescente cooperação mútua devido às pressões externas da potência hemisférica.

Em um segundo plano, a América Central e do Caribe têm passado por um contexto de crescente insegurança que erode o próprio complexo regional de segurança em razão das novas ameaças transnacionais desenvolvidas fluidamente por meio de redes que utilizam as porosidades fronteiriças como meios de entrada e zonas para refúgio e atuação internacional.

Nesta contextualização são observados elementos comuns que existem entre ambas as sub-regiões, bem como especificidades próprias, que definiram a securitização do complexo regional em distintos momentos.

No caso do sub-complexo regional de segurança da América Central, os anos de 1996 a 2007 consolidaram instrumentos institucionais de segurança cooperativa entre os países centro-americanos com os Estados Unidos, que crescentemente se tornaram meios de influência estadunidense.

Em 1996, registra-se a conclusão das negociações de Paz em Guatemala, que decreta a transposição de uma longa crise centro-americana em resposta a um processo maior de pacificação que já havia acontecido com o acordo de paz de El Salvador (Saldomando *et al.*, 2000).

Em 1997, o inovativo projeto de segurança cooperativa da *Conferência Centroamericana de Forças Armadas (CFAC)* foi criado pelos presidentes da Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua segundo uma estrutura institucional maximalista que se tornou representativa na securitização do subcomplexo regional da América Central ao buscar a cooperação, a coordenação e o apoio mútuo entre as Forças Armadas.

Em 2007 e em 2008 aconteceram o Primeiro e Segundo Diálogo entre os Estados Unidos e o Sistema de Integração Centro-Americana sobre Segurança, ocasião que rendeu significativa quantidade de compromissos e políticas coletivas para o combate ao tráfico ilícito de armas leves e pequenas, crime organizado, segurança de fronteiras, desastres naturais, tráfico de pessoas e terrorismo.

O Diálogo EUA-SICA desde então se tornou em um encontro anual que busca combater as gangues criminosas (maras), o tráfico de drogas e o tráfico ilícito de armas leves e pequenas, reconhecendo a necessidade de um esforço de cooperação mútua em inteligência e em policiamento.

Ainda no ano de 2007, surgiu a *Iniciativa Mérida*, que representa um dos principais programas antidrogas implementados na América Latina por meio de uma estratégia coordenada entre os Estados Unidos, México e América Central para impedir a entrada e difusão de *novas ameaças* de caráter transnacional, próprias do terrorismo, do tráfico de drogas e de outras atividades ilícitas.

Em função do número de áreas contempladas e do montante de recursos alocados em maior volume para o México em comparação à América Central, a Iniciativa Mérida, tornou-se conhecida como *Plano México*, uma vez que se apresenta essencial na geoestratégia estadunidense na América Central assim como acontece na América do Sul por meio do *Plano Colômbia*.

O México tornou-se neste sentido em um locus estratégico nos processos de securitização dos complexos regionais da América do Norte e da América Central e do Caribe, uma vez que possui um *status* intermediário entres as regiões, mas cuja legitimação na cooperação funcional em segurança e defesa se faz pela predominante preocupação dos Estados Unidos com as ameaças provenientes de seu vizinho meridional em comparação àquela dispensada ao istmo central.

No caso do sub-complexo regional de segurança do Caribe, o processo de securitização foi permeado por dois momentos de dinamização institucional a partir de um padrão mútuo de diálogo e de segurança cooperativa.

O primeiro momento recente de securitização do Caribe foi marcado por um movimento endógeno de discussões entre os próprios países da região presentes em dois grandes fóruns sobre segurança nos anos de 1996 e 2003.

Em 1996 surgiu o “Tratado de Estabelecimento do Sistema de Segurança Regional para o Caribe”, no qual Antígua e Barbuda, Barbados, Dominica, Granada, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas expressam o princípio

de cooperação entre os Estados-membros na prevenção e interdição de tráfico ilegal de narcóticos, em emergências nacionais, busca e resgate, controle de imigração, proteção de pescas, controle de alfândegas, policiamento marítimo, desastres naturais e outros, controle de poluição, combate de ameaças à segurança nacional, prevenção de contrabando, proteção de plataformas continentais (Musumeci, 2009).

Em 2003 foi aprovada a Declaração de Kingstown durante a “Segunda Reunião de Alto Nível sobre as Preocupações Especiais de Segurança dos Pequenos Estados Insulares”, que se tornou em um importante instrumento de securitização da região do Caribe que tanto reafirmou a cooperação mútua por meio da preservação de uma herança comum entre os povos e dos princípios democráticos quanto engendrou discussões para a criação de um fundo de assistência recíproca em situações emergenciais de segurança e para a formação de uma rede virtual de compartilhamento regional de informações sobre crime organizado, tráfico de drogas, terrorismo entre outras novas ameaças comuns.

O segundo marco de securitização regional recente no Caribe foi dinamizado por um movimento exógeno dos Estados Unidos que se processou reativo aos desdobramentos de 1996 e 2003, quando o Departamento de Estado dos EUA participou da Reunião Ministerial da Comunidade do Caribe (CARICOM) sobre segurança e aplicação da lei no ano de 2006.

Por um lado, os Estados Unidos *descreveram* a região do Caribe como sua “terceira fronteira” ao reconhecerem que as principais ameaças à sua segurança doméstica dela provenientes eram o tráfico de drogas e armas leves, a lavagem de dinheiro e a imigração ilegal. Por outro lado, o país *prescreveu* alguns programas de securitização para a região no combate às novas ameaças por meio de uma iniciativa anti-drogas, uma iniciativa fronteiriça e uma iniciativa ligada à desastres ambientais.

Em 2001, os Estados Unidos apoiou os países caribenhos por meio do Programa de Ação das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Armamentos Leves dentro do esforço de Guerra ao Terror que identificava a existência de um mercado negro de intermediação e abastecimento de armamentos para grupos criminosos compostos por terroristas, traficantes de drogas e *maras*.

Em 2007, como efeito dos componentes descritivos e prescritivos da securitização regional do complexo subregional de segurança no Caribe, os Estados Unidos participou em uma nova reunião ministerial com a CARICOM quando

reafirmaram cooperação funcional em focos específicos de *segurança ampliada* desde iniciativas de combate à AIDS, eficiência de produção energética ou de imigração e deportação até iniciativas de *segurança restrita* de combate ao terrorismo e crime organizado.

Quadro 3 - Programas estadunidenses de securitização do Caribe

<i>Iniciativa</i>	<i>Ameaça</i>	<i>Descrição da Iniciativa</i>
Operação Bahamas, Turks e Caicos (OPBAT)	Drogas	A operação foi composta por iniciativa antidrogas que envolveram diversas agências, tais como a <i>Drug Enforcement Administration</i> , o Departamento de Estado, o Exército dos Estados Unidos, sua Marinha Costeira, seu Serviço de Alfândega e os governos das ilhas de Bahamas e Turks e Caicos.
Iniciativa Terceira Fronteira (TBI)	Fronteira	Teve o objetivo de fortalecer a capacidade das ilhas caribenhas para tratar problemas econômicos e sociais, combater o crime transnacional e promover a segurança regional por meio de investimentos em segurança de fronteiras e na aviação, treinamento e assistência de oficiais de alfândegas e fronteiras, e preparação para desastres envolvendo infra-estrutura de turismo
Fundos emergenciais de recuperação pós-furacões	Desastres naturais	Os Estados Unidos forneceram fundos para programas de recuperação pós-furacões em Granada, Haiti e Jamaica, ajudaram os responsáveis locais a reduzir o tempo de resposta às necessidades, expandiram o monitoramento de tsunamis e terremotos e melhoraram o sistema de controle de fronteiras terrestres e marítimas na República Dominicana.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Musumeci (2009).

Os dois grandes marcos de securitização sub-regional no Caribe reforçam a noção de que a segurança é multidimensional e dependente muito mais de verticalidades produzidas pelos Estados Unidos a propriamente horizontalidades advindas da cooperação mútua entre as pequenas ilhas caribenhas uma vez que a insegurança regional é oriunda da pequena extensão dos mercados e dos territórios, bem como dos históricos baixos graus de desenvolvimento e de diversificação das fontes de receita que induziram a crescente dependência à potência hemisférica.

Estes fatores demonstram que no Caribe existe uma híbrida especificidade que define um característico sub-complexo regional de segurança em que a hegemonia estadunidense determina uma lógica unilateral hierarquizada e de dependência que é diferente da lógica regional mais horizontalizada da América Central onde existe um padrão de maior autonomia e cooperação funcional.

Esta caracterização híbrida do complexo subregional de segurança do Caribe acontece em grande parte devido às clássicas preocupações causadas por conflitos ambientais transfronteiriços e por conflitos nacionais internos, como a desestabilização

no Haiti que recebe intervenção internacional por meio de operação de manutenção de paz.

5 - Funcionalidade da América Central e o Caribe na macrosecuritização hemisférica

As subregiões da América Central e do Caribe apresentam como traços peculiares o fato dos países serem pequenos e terem proximidade geográfica com os Estados Unidos, o que levou historicamente à conformação de um padrão de acoplamento econômico e de segurança à potência hegemônica, excetuados Cuba e, em alguns momentos, a Nicarágua.

O padrão de relacionamento entre os Estados Unidos e a América Central e o Caribe tem sido marcado por uma estreita dependência caracterizada pela construção histórica de uma hegemonia estadunidense na região.

A despeito das inflexões circunstanciais existentes na estratégia militar estadunidense para a América Latina, que foram trazidas por forças conjunturais de curta duração, as subregiões da América Central e do Caribe sempre foram compreendidas como uma zona de segurança vital de longa duração.

Em função da relevância estratégica da América Central e do Caribe para os Estados Unidos, observa-se que esta zona de segurança vital foi ao longo do tempo permeada pela construção não simultânea de dois sub-complexos regionais de segurança nem sempre convergentes e tão pouco de desenvolvimento harmônico e estável³.

Na evolução histórica da passagem de ciclo hegemônico da *pax britannica* para *pax estadunidense*, observou-se uma crescente dependência dos países centro-americanos e caribenhos em relação aos Estados Unidos no âmbito político e econômico que aconteceu em função desta região ser considerada uma área estratégica na agenda estadunidense como “terceira fronteira” e importante *hub* de passagem de fluxos lícitos e ilícitos.

³ Um exemplo claro da construção, nem sempre linear e muitas vezes conflituosa, dos complexos subregionais de segurança da América Central e do Caribe pode ser observada facilmente desde o final dos anos 1950, quando o trunfo da revolução Cubana e a ascensão paralela de lutas anti-imperialistas levaram os Estados Unidos a iniciar uma ampla ofensiva contra-revolucionária e uma série de cooperações funcionais, seja no apoio à formação de regimes militares ou à formação de instituições como o Conselho de Defesa Centroamericano (CONECA), com a participação de Nicarágua, Honduras, El Salvador e Guatemala, sob a supervisão do Comando Sul (Baccheta, 1984).

Conforme Martínez e Cabrera (2008), os interesses geoestratégicos dos Estados Unidos se cristalizaram ao longo do tempo na região da América Central e Caribe por meio de mecanismos políticos e econômicos implementados e que reforçaram a relação de dependência.

Não obstante a centralidade apresentada pela estratégica cooperação dos Estados Unidos com a América Central e Caribe, persistem brechas estruturais ligadas ao narcotráfico que acabam por dinamizar um contexto de insegurança regional e que criam efeitos negativos de transbordamento direto na sociedade estadunidense.

Estas brechas estruturais são explicadas pelas *novas ameaças* originadas pela ação narcotraficante de origem na América do Sul ou por *tradicionais ameaças* de origem socialista-bolivariana transbordadas aos Estados Unidos pelo canal de passagem da América Central e Caribe.

Neste contexto, a política dos Estados Unidos de fomentar uma maior aproximação econômica e política com os países da América Central e do Caribe assenta-se nos seus explícitos interesses geopolíticos nesta sub-região, uma vez que a América Central e Caribe se posicionam como um prisma que refrata ameaças originadas no complexo regional de segurança da América do Sul rumo aos Estados Unidos.

A difusão estadunidense de uma agenda de segurança cooperativa na América Central e Caribe influencia decididamente os processos de integração regional nesta região por meio da incorporação institucional de iniciativas ligadas à área de segurança e defesa.

De um lado, a superação de conflitos interestatais e de guerras civis foi influenciada por uma agenda estadunidense que conjugou a integração regional, a pacificação, a desmilitarização e a democratização na assinatura do *Tratado Marco de Segurança Democrática* de 1995 e na formação de instituições como a *Academia Centroamericana de Polícia* e a *Conferência de Exércitos da América Central (CEFAC)*.

De outro lado, foi construída uma série de mecanismos de segurança cooperativa e de exercícios militares conjuntos no Caribe onde os Estados Unidos desempenharam um papel decisivo na preparação dos países da Comunidade do Caribe (CARICOM) para a Copa Mundial de Cricket de 2007.

Além da representativa influência estadunidense na construção de agendas de *segurança cooperativa* dentro do processo de integração regional *lato sensu* na América

Central e Caribe, observa-se que a *cooperação bilateral* é uma legítima fonte de transferência tecnológica das forças armadas norte-americanas principalmente nas áreas de inteligência e interceptação.

A securitização regional na América Central e Caribe e a cooperação bilateral norte-sul entre as forças armadas são construídas como áreas-chaves de *cooperação funcional*⁴ que expressam a consciência existente nos Estados Unidos em torno das sensibilidades e vulnerabilidades produzidas pela “terceira fronteira”.

O reforço destes temas de segurança e defesa priorizados pelos Estados Unidos dentro das agendas de segurança nacional e regional na América Central e Caribe constituem-se em um elemento de pressão decisivo para explicar uma postura reativa estadunidense frente a novas e clássicas ameaças originadas ou difundidas por esta área.

A privilegiada interlocução estadunidense na América Central e no Caribe influencia na construção de um padrão de securitização que acaba por refletir muito mais a estratégia de segurança nacional de origem exógena a propriamente os interesses nacionais e regionais.

Este padrão de macrosecuritização promovido pela Guerra ao Terror acabou por pressionar crescentemente a securitização dos sub-complexos regionais do Caribe e da América Central a partir da lógica geoestratégica dos Estados Unidos implementada ao longo dos últimos anos.

Conforme (Manaut: 100), o respaldo da guerra ao terrorismo promovida pelos Estados Unidos na região centro-americana e caribenha foi adotado de maneira quase integral em função da diversidade de políticas que se aderiram à estratégia estadunidense de *Homeland Security*.

A macrosecuritização do terrorismo atingiu tal grau, que envolveu esforços excepcionais ao redor do mundo de forma concertada sob a égide da Guerra Contra o Terrorismo propagada pelos Estados Unidos, tornou as *novas ameaças* da América Central e do Caribe em um palco hierarquizado e funcionalmente ligado a sua política doméstica.

⁴ A cooperação funcional trata-se de uma área temática específica e com abrangência e impacto escalar que é realizada no âmbito de segurança e defesa por meio de diversos graus de institucionalização que partem desde iniciativas diplomáticas *ad hoc*, passando pela formação de regimes internacionais, até se chegar a organismos internacionais (Herz e Hoffman, 2005).

6 - Últimas considerações à guisa de conclusão

Historicamente, o padrão diferenciado de relacionamento entre os Estados Unidos e as distintas regiões da América Latina pode ser observado desde a consolidação dos Estados Nacionais no final do século XIX, que no caso da América do Sul foi marcada por estabilidade securitária à região ainda que existissem litígios fronteiriços e territoriais *vis-à-vis* ao caso da América Central e das ilhas do Caribe que sofreu de um processo de atraso ou frustração na autodeterminação nacional em função de uma maior interferência estadunidense (Bacchetta, 1984).

No pós II Guerra Mundial, a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a criação subsequente da Junta Interamericana de Defesa (JID), no marco da Organização dos Estados Americanos (OEA), consolidaram uma arquitetura institucional de segurança coletiva hemisférica que se mostrou funcional para os Estados Unidos instrumentalizar uma lógica geopolítica que eliminou a *ameaça soviética* na América Latina durante o período da Guerra Fria.

Na década de 1970, a nova doutrina militar trazida pelo governo Nixon, conhecida como Doutrina de Segurança Nacional (DSN), trouxe uma profunda influência na regionalização do poder, inclusive nos complexos regionais de segurança da América do Sul e da América Central e Caribe, ao fortalecer uma lógica de poderes intermediários de um conjunto de países-chave sob a influência estadunidense, o que por um lado reafirmou a sua liderança hegemônica entre os países centro-americanos e caribenhos, enquanto por outro lado, abriu maior autonomia à América do Sul por meio de uma pseudo-liderança brasileira.

Na década de 1990, a América Latina perde espaço na agenda da política externa estadunidense *lato sensu* em função da nova dinâmica multilateral e da centralidade das regiões do Oriente Médio e do Leste Asiático, o que redefiniu a política de segurança e defesa em seu *patio trasero* a uma política focada no combate ao narcotráfico.

Após 2001, a macrosecuritização global trazida pela Guerra ao Terror incorporou e manteve a política antidrogas da América Latina dentro de seu espectro discursivo no combate ao terrorismo e às novas ameaças transnacionais, de maneira que se observou uma securitização regional ampliada, tanta para a América do Sul, quanto para a América Central e o Caribe, baseada no controle das fronteiras contra os fluxos de migração, drogas e tráfico de armas destinados aos Estados Unidos.

A influência de um discurso de securitização na América Latina ao longo do tempo trouxe inúmeras implicações especificadas, tanto para o complexo regional de segurança da América do Sul quanto os complexos regionais da América Central e Caribe, pois os diversos desacordos em segurança e defesa cooperativa entre os países servem de pretexto para a negociação bilateral de acordos com os Estados Unidos, esvaziando a multilateralidade dos acordos de cada região.

Diante do campo gravitacional de atração econômica e militar estadunidense, os países latino-americanos possuem uma capacidade restrita de conduzir suas políticas de defesa e segurança, tal é o grau de assimetria que a potência hegemônica tem sistematicamente vinculado à órbita imediata dos seus interesses os países, por meio de acordos bilaterais de transferência de recursos financeiros e militares, que tendem a pressionar os países a rebaixarem o *status* de suas Forças Armadas ao papel policial de combate ao narcotráfico e do terrorismo.

O conteúdo e o significado das ameaças à segurança norte-americana são os indicativos do que estão em jogo nas políticas propostas aos complexos regionais de segurança presentes na América Latina, por isso, o combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas são colocados na pauta de negociação com os países, tal como no relacionamento com a Colômbia e com o México, que tentam, por intermédio do Plano Colômbia e da Iniciativa Mérida, respectivamente, manter o fluxo financeiro proveniente dos EUA, em contrapartida à militarização no combate às drogas.

Dessa maneira, a dimensionalidade da agenda de segurança e defesa regional na América Latina nem sempre se traduzem em respostas aos problemas e ameaças regionais, mas sim, na reiteração de uma relação de dependência com Estados Unidos, caracterizada com uma nova roupagem de segurança, onde persistem os temas de interesse da potência hegemônica (Pagliari, 2005).

Neste contexto, a América Latina e o Caribe têm sido recortados pela emergência de blocos regionais ou lideranças regionais que projetam uma nova projeção geopolítica hemisférica que se estende dentro de um espectro desde a adesão até a contestação à hegemonia estadunidense no continente.

Por um lado, existem alianças mais ou menos incondicionais entre os Estados Unidos, a América do Norte, a América Central e o Caribe e parte da América do Sul por meio de algumas iniciativas na área de segurança e defesa.

Na América do Norte existe um alinhamento automático dos países ao redor dos Estados Unidos engendrado pela Aliança para a Segurança e Prosperidade da América

do Norte (ASPAN). Na América do Sul existem o Plano Colômbia e a Iniciativa Regional Andina. Incluindo México, América Central e Caribe estão presentes o Plano Mérida e uma série de bases militares estadunidenses.

Estas alianças desvelam uma situação na América do Norte, onde o México e o Canadá fazem um alinhamento automático aos Estados Unidos, enquanto na América Central e no Caribe existe uma forte política de cooperação em segurança regional (Preciado, 2008).

Por outro lado, a emergência de um discurso anti-hegemônico comanda pela Venezuela na América do Sul é contra-arrestada por uma política de alinhamento automático do Peru e Equador e por um discurso mediador pelo Brasil.

Conforme Ballester (2008), no plano estratégico-militar, destaca-se a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano em 2008, liderado pelo Brasil e contando com a participação dos 12 países membros da UNASUL, ao representar um esquema de autonomia militar frente ao modelo pan-americano de defesa na região, impulsionado pelos Estados Unidos, centrado em projetos tais como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Nesta contextualização maior, mesmo os países latino-americanos não tendo sido o foco prioritário da macrosecuritização dos Estados Unidos nos últimos anos, as suas políticas e iniciativas ligadas à área de segurança e defesa têm sido extremamente coerentes nesta região uma vez que seguem um padrão claro de securitização de novas ameaças, principalmente daquelas pertencentes à esfera da segurança pública, com ampla audiência de legitimação.

7 - Referência bibliográfica

- ADLER, E.; BARNETT, M. **Security Communities**. New York: Cambridge University Press, 1999.
- BACCHETTA, V. “Geopolítica, conflictos fronterizos y guerras locales en América Latina”. **Afers Internacionales**, n. 4, Estiu, 1984
- BALLESTER, H. “La adaptación al siglo XXI de la vieja doctrina de la seguridad nacional”. **Agencia Latinoamericana de Información**, 2008. Disponível em: <www.alainet.org>. Acesso em 01/04/2010.
- BUZAN, B. **People, states & fears: an agenda for international security studies in the post-Cold War era**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1991.

- BUZAN, B.; WAEVER, O. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CEPIK, M. “Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural”. **Análise de Conjuntura do Observatório Político Sul-Americano**, n. 9, 2005.
- HERZ, M.; HOFFMAN, A. R. **Organizações internacionais: História e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- KOŁODZIEJ, E. A. “A Segurança Internacional depois da Guerra Fria: Da Globalização à Regionalização”. **Contexto Internacional**, vol. 17, n. 02, 1995.
- MANAUT, R. B. “La seguridad contra la integración en América Latina”. In: ALFONSO, L. M.; PEÑA, L.; VASQUEZ, M. **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**. Buenos Aires: CRIES, 2008.
- MARTÍNEZ, L.; CABRERA, M. “Las relaciones CARICOM-Estados Unidos frente al siglo XXI: Hoy como ayer”. In: ALFONSO, L. M.; PEÑA, L.; VASQUEZ, M. **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**. Buenos Aires: CRIES, 2008.
- MEDEIROS FILHO, O. “Entre a cooperação e a dissuasão: dilemas na construção de uma comunidade regional de segurança na América do Sul sob a perspectiva militar”. In: SENHORAS, E. M.; GEHRE, T. **Novas Proposições em Relações Internacionais: Regiões em um mundo fragmentado**. Boa Vista: EdUFRR, 2010 (no prelo).
- PAGLIARI, G. C. “Temas da agenda de segurança hemisférica no pós-guerra fria: entre a hegemonia e a multidimensionalidade”. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: Uel-Anpuh, 2005.
- PRECIADO, J. “América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia”. **Caderno CRH**, vol. 21, n. 53, 2008.
- SALDOMANDO, A.; LEÓN, C. R.; REIBERA, R.; SOJO, C. “Diagnóstico de la investigación para la consolidación de la paz en América Central”. **Working paper**, n. 4. Ottawa: IDRC, 2000.
- SERBIN, A. “Hugo Chávez: Liderança e Polarização”. In: AYERBE, L. F. **Novas Lideranças Políticas e Alternativas de Governo na América do Sul**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.
- WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.